

DIFICULDADES DA PRÁTICA DOCENTE

025.170.753-95

034.555.043-96

RESUMO:

O objetivo desse artigo é fazer uma análise de alguns obstáculos com os quais o professor se depara tanto no ambiente escolar como na sociedade da qual ele faz parte. Dentre tantos desafios destacamos aqueles que se mostram mais presentes nas queixas do profissional da educação básica. São eles: o baixo valor de seu salário que além de ser uma grande evidência da desvalorização desta atividade obriga o professor a dobrar sua jornada de trabalho para se sustentar, impossibilitando-o de se dedicar mais à sua prática e ascender profissionalmente por falta de tempo e condições econômicas para tanto; a baixa expectativa em relação a sua capacidade intelectual como profissional e a conseqüente intervenção do outro na sua prática juntamente com a falta de incentivo para que ele dê continuidade à sua qualificação e, assim, consiga reverter essa situação; e a indisciplina dos alunos que, somada aos limites impostos pela direção e a ausência da família no processo educativo, dificulta a realização do trabalho docente na sala de aula. Para isso foi desenvolvida uma pesquisa bibliográfica na qual os autores pesquisados foram Augusto Cury (2003), Carlos Cury (2001), Paulo Freire (2007), Regina Guarnieri (2005), Roseli Fontana (2005) entre outros. Dialogando com eles percebemos que em todos estes casos a sociedade desempenha um papel fundamental como influência direta ou indireta sobre as problemáticas dessa profissão e sobre a prática do professor, seja em virtude do modo como ela se organiza, como as relações nela se estabelecem ou das transformações que ela sofre no decorrer do tempo.

PALAVRAS-CHAVE: Dificuldades da prática docente. Retorno financeiro. Capacidade profissional. Indisciplina dos alunos.

NOTAS INTRODUTÓRIAS

Levando-se em consideração nossa condição de acadêmicas do curso de Pedagogia há pouco mais de um ano e a frustração vivida por nós diante de comentários alheios acerca das desvantagens de se exercer a profissão docente, procuramos conhecer mais a fundo os obstáculos que este profissional costuma encarar. Portanto, com este artigo pretendemos expor e fazer uma rápida análise de algumas dificuldades enfrentadas tanto pelo educador que se encontra no início de sua carreira como por aquele que já trilhou um longo caminho e tomou para si as especificidades da prática pedagógica. Mesmo após passar por um processo de formação que aborda todas as

dimensões da sua atividade, o professor, desde o momento que opta por esta carreira, se depara com obstáculos que surgem não somente no local onde realiza seu trabalho, mas também no seu cotidiano fora da escola. Apesar de ser um profissional que tem a grande responsabilidade de formar os cidadãos visando à melhoria da sociedade como um todo,

O que tem ocorrido é uma política de desvalorização do professor, prevalecendo as concepções que o consideram como um mero técnico reprodutor de conhecimentos, um monitor de programas pré-elaborados, um profissional desqualificado, colocando-se à mostra a ameaça de extinção do professor na forma atual. A realidade retrata uma carreira quase inexistente, com condições de trabalho aviltadas, pouca retribuição financeira e discutível reconhecimento social. (MARTINS E PEREIRA, 2002, p. 113)

Embora o trabalho docente não tenha sua complexidade diminuída de um nível de ensino para outro, optamos por tratar aqui de obstáculos que se mostram mais presentes e marcantes em meio às queixas do profissional da educação básica, principalmente na educação infantil e no ensino fundamental. Tais dificuldades são: o retorno financeiro materializado pelo salário que muitas vezes é visto como representação concreta do desrespeito por parte do poder público e da sociedade para com o professor; o descrédito de sua capacidade profissional e a falta de incentivo para que ele dê continuidade a sua qualificação, juntamente com a intromissão do outro na sua prática pedagógica; e, mais especificamente no âmbito da sala de aula, o comportamento dos alunos que tanto pode incentivar como desestimular o interesse que o pedagogo tem em aprimorar suas técnicas de ensino.

1. RETORNO FINANCEIRO

Quando o assunto abordado diz respeito às condições de trabalho dos professores destaca-se uma queixa que é feita desde muito tempo por grande parte deles: o baixo valor de sua remuneração que, em alguns casos, obriga-os a procurar outras fontes de renda ou até mesmo a abandonar a profissão. Esta atividade que antes era vista apenas como uma ocupação fora de casa para as mulheres ou como um “bico” hoje é, na maioria dos casos, a principal fonte de renda para o sustento desses profissionais. Fontana (2005), juntamente com um grupo de educadoras pesquisado por ela, em seu livro “Como nos tornamos professoras?”, trata do fato de os professores,

muitas vezes, precisarem dobrar sua jornada diária de trabalho para conseguirem manter o sustento da família e não passarem por mais dificuldades:

Nossos depauperados salários provocaram, em alguns momentos, lamentos em torno do fato de muitas de nós sermos obrigadas a “dobrar”, assumindo oito horas de trabalho diárias na escola (como o faziam duas professoras do grupo), ou mais outras quatro ou seis horas em casa, acompanhando crianças que, por algum motivo, não estavam dando conta sozinhas das atividades que a escola propunha e/ou impunha a elas (solução assumida por uma professora do grupo). (2005, p. 130)

Alguns deles complementam seu orçamento com o que lhes é pago pelos “bicos” - propriamente ditos – que realizam ao exercerem sua prática informalmente em suas próprias casas. Como consequência dessa sobrecarga de atividades o professor passa a ter menos tempo para organizar suas atividades, planejar suas aulas e se qualificar uma vez que não consegue conciliar seus trabalhos e seus estudos; nem tem tempo para desfrutar de práticas que enriquecem seu saber, como ler um livro, ir ao teatro, viajar, fazer um curso e se capacitar cada vez mais na sua área. Assim, essa falta de tempo acaba contribuindo para que o professor não consiga ascender profissionalmente, permanecendo na mesma situação que se agrava quando este profissional sozinho não consegue “sustentar a casa” e passa a contar com a ajuda do(a) parceiro(a) ou de familiares que, por isso, desaprovam e desvalorizam sua atividade por acreditarem que o esforço e dedicação que ela demanda não são recompensados nem geram “lucros”.

Não obstante, há casos em que o valor que o professor recebe por seu trabalho não é compatível com sua capacidade profissional. Por exemplo, alguns deles gastam o que não têm ou o que não podem, fazendo grandes sacrifícios para cursarem uma especialização, mestrado até mesmo doutorado, contudo seu salário não reflete seu esforço. Além disso, os professores que estão sempre se atualizando e se capacitando, principalmente na educação infantil e no ensino fundamental, ainda têm que concorrer com aqueles que não possuem capacitação alguma na área da educação. O que demonstra o desrespeito para com aqueles que se dedicam e se preparam muito para exercer sua prática.

No livro “Histórias de Professores”, organizado por Kramer e Souza (2003), encontramos vários relatos de experiências vividas por um grupo de professoras que mostram claramente o descontentamento delas com sua má remuneração lembrando que a maioria das desistências dos docentes em relação à profissão é consequência da falta de salários justos. No entanto, a questão do salário docente vai bem mais além do que

seu simples valor monetário. Fontana (2005) faz uma pequena análise do trabalho que Madalena Assunção realizou com professoras primárias no qual constatou que, apesar de as mesmas se queixarem bastante de seus salários, afirmavam que este tinha um valor compatível com o mercado de trabalho e sugeriam apenas aumentos irrisórios; entrelaçado a estas afirmativas estava o discurso de valorização da atividade docente, o que demonstra o verdadeiro valor que estas professoras atribuem aos seus salários: o reconhecimento social de sua profissão. De acordo com Fontana, “Madalena analisa que as contradições presentes nos depoimentos levaram-na a tomar o salário não em seu valor real, objetivo, mas muito mais em sua dimensão simbólica [...]” (2005, p.136). Percebemos, então, que o salário é na verdade apenas uma das máscaras dadas à valorização que elas e eles tanto buscam; a reivindicação por salários melhores tem como pano de fundo o desejo de reconhecimento da importância e capacidade dos agentes que atuam na educação.

Valdir Alvim (2003), ao fazer uma análise monetária da sociedade moderna através da óptica de Karl Marx, afirma que este “considera o dinheiro como objeto essencial para a satisfação das necessidades humanas, tanto no que diz respeito aos desejos, aos sentimentos e ao prazer dos indivíduos, quanto às necessidades materiais, das atividades concretas.” (p. 15) Isso porque na sociedade capitalista em que vivemos além de servir para aquisição de bens materiais o dinheiro também é um instrumento que gera poder, tanto que a inserção e participação do indivíduo na sociedade estão fortemente ligadas à sua capacidade econômica. Assim, o salário justo funciona como um dos mediadores entre o professor e o reconhecimento social. Ele não é o objetivo em si a ser alcançado e sim um dos direitos pelos quais essa classe tanto luta e que, se conquistados, trarão consigo a valorização e o reconhecimento que este profissional merece.

2. DESCRÉDITO DA SUA CAPACIDADE PROFISSIONAL E FALTA DE INCENTIVO PARA CONTINUAR SUA QUALIFICAÇÃO

Os professores que atuam nas séries iniciais do Ensino Fundamental, muitas vezes, enfrentam um desafio que surge tanto no ambiente escolar como também na sociedade. Esse desafio é o descrédito que se tem de sua capacidade como profissional juntamente com a falta de incentivo para que eles consigam de algum modo reverter essa situação. Esses professores primários que são formados na condição de

polivalentes têm sua capacidade intelectual desconsiderada, principalmente quando comparados aos professores unidisciplinares que atuam nas séries subseqüentes, porque ainda há grande parcela da sociedade acreditando que para atuar nas áreas de ensino infantil e fundamental não seria preciso o docente saber muito sobre aquilo que ele ensina. Sendo assim, “Ele não teria necessidade de entender o quadro histórico, quadro social, quadro estrutural e teórico do que ensina.” (CURY, 2001, p.225). Pois enquanto o professor unidisciplinar se aprofunda nos conteúdos da disciplina específica na qual se formou e ensina, o professor polivalente necessitaria apenas saber um pouco de tudo que ensina trabalhando predominantemente com a prática desvinculada de uma abordagem teórica mais profunda e conseqüentemente não estaria tão capacitado como aquele para trabalhar com o conhecimento de áreas específicas.

O que ocorre na verdade é que os docentes estão buscando cada vez mais prosseguir com sua qualificação, mas não recebem incentivo tanto por parte das instituições nas quais trabalham como por parte de familiares e amigos. O interesse por se especializar através dos cursos de pós-graduação é visto como algo desnecessário para um professor que atua nesse nível, pelo motivo citado anteriormente: eles não precisariam saber muito, por isso, esse interesse supõe uma vontade de mudar de cargo. Além disso, como Fontana (2005) destaca, nessa profissão a promoção funcional presume o abandono da atividade em sala de aula uma vez que o educador passaria a atuar na área administrativa como direção, coordenação, supervisão ou orientação pedagógica, alternativa assumida, em muitos casos, por motivos financeiros.

Como já vimos, as queixas de muitos professores primários estão voltadas para suas condições de trabalho e principalmente para seu salário. Nestes casos, é na tentativa de melhorar sua situação que eles prosseguem com sua formação, visando mudar de cargo e assim ascender profissional e financeiramente. Essa atitude, no entanto, reforça a idéia de que um profissional bem qualificado, com uma gama de títulos, estaria perdendo tempo e dinheiro se ainda optasse por exercer sua prática docente nas salas de aula da educação básica, pois seu esforço não seria recompensado e ele não utilizaria boa parte do conhecimento adquirido. Prova do descrédito que sofrem é que, na maioria dos casos, eles são tratados como incapazes de organizar o próprio trabalho. Situação refletida nas palavras de Fontana:

Numa relação claramente verticalista, muitos de nossos coordenadores, “entendendo as dificuldades das meninas de 1º a 4º”, vêm deliberando por nós quanto ao que ensinar, ao como ensinar e ao como avaliar, trazendo-nos

prontos o material a ser utilizado com os alunos, as avaliações a serem aplicadas, o controle do tempo / ritmo / seqüenciação de nosso trabalho. (2005, p. 132)

Além do descrédito, evidencia também a intervenção por parte dos colegas de trabalho – superiores – na sua prática pedagógica. O modo como a escola encontra-se hierarquicamente estruturada tem influência direta sobre o trabalho realizado em sala de aula. Nesses casos em que a direção é quem organiza e delimita as atividades desenvolvidas pelo professor (entendendo-o como incapaz para isto) este fica impossibilitado de trabalhar sua criatividade e novos projetos, pois é necessário que se cumpra todo um programa de atividades e conteúdos dentro do prazo estabelecido pela coordenação. Sendo assim, a falta de tempo constitui-se como um obstáculo imposto pela própria escola para que o educador incorpore à sua prática já programada, o conhecimento adquirido numa formação continuada, daí a queixa da inutilidade de se especializar para cumprir um programa básico preestabelecido.

Não obstante, a intromissão na prática do professor não se dá somente por parte de outros profissionais da educação, mas também por pessoas que nunca freqüentaram um curso de formação docente. Brzezinski relata que “Em nosso país, é prática corrente o saber dos professores não ser respeitado. Muitos dão opinião sobre sua área de conhecimento e, mais, sentem-se em condições de exercer a profissão sem ter a formação específica.” (2002, p. 14) Freqüentemente encontramos casos em que salas de aula são assumidas por alguém que tem a “manha” de entreter a turma durante as aulas, mas não dispõe de uma base para sua prática e está alheio às especialidades que constituem a prática pedagógica. Esta é realmente uma demonstração de desrespeito para com os saberes docentes, o professor e os educandos, pois assim se está subestimando e tentando substituir um profissional cuja responsabilidade “de que às vezes não nos damos conta, é sempre grande” (FREIRE, 2007, p.65)

3. INDISCIPLINA DOS ALUNOS

Uma dificuldade com a qual os professores se deparam dentro em sala de aula é o comportamento dos alunos que, em muitos casos, desestimula o interesse e vontade que ele tem de se dedicar cada vez mais a sua prática profissional. Quando o professor não sabe lidar com a turma e manter a situação sob controle, a indisciplina dos alunos acaba se tornando mais um obstáculo para que ele consiga por em prática todas as suas

atividades planejadas. Este problema, juntamente com os limites impostos pela direção, abordados anteriormente, impedem que o professor desenvolva novos projetos e utilize mais sua criatividade ao desempenhar sua prática.

Não raramente, durante as aulas, as crianças se comportam de maneira que quebram o ritmo da atividade desenvolvida em sala como, por exemplo, com cochichos, troca de bilhetinhos, demora no retorno do intervalo, pequenas discussões que acabam provocando uma agitação geral, entradas e saídas desnecessárias, etc. Os alunos que assim agem tanto perdem a oportunidade de aprender como atrapalham os outros, principalmente aqueles que têm dificuldades e por isso precisam se concentrar ao máximo nas aulas.

As causas apontadas para a indisciplina são variadas e complexas. De acordo com Cury (2003) isto está acontecendo como consequência do excesso de informações a que as crianças e jovens têm acesso atualmente na nossa sociedade. Ele enfatiza que, por conta disto, “a velocidade dos pensamentos dos jovens há um século era bem menor do que a atual, e por isso o modelo de educação do passado, embora não fosse ideal, funcionava.” (p. 59)

O autor ressalta ainda que não se está pondo em questão a qualidade do conteúdo desses estímulos e sim o seu excesso, pois esta sobrecarga de informações, segundo ele, contribui para gerar a síndrome do pensamento acelerado (SPA) cujos principais sintomas são o aumento de ansiedade e a diminuição da capacidade de se concentrar pois a mente da pessoa está lotada e funcionando a mil por hora. Sendo assim:

Os educadores perdem a capacidade de influenciar o mundo psíquico dos jovens. Seus gestos e palavras não têm impactos emocionais e, conseqüentemente, não sofrem um arquivamento privilegiado capaz de produzir milhares de outras emoções e pensamentos que estimulem o desenvolvimento da inteligência. (CURY, 2003, p. 58)

Os portadores dessa síndrome não conseguem manter a mente tranqüila e por serem ansiosos se agitam bastante, o que causa sua impossibilidade de se concentrar nas informações que o professor quer transmitir.

Outro aspecto da sociedade contemporânea que é apontado por Nérici (1994) como um dos agravantes da má conduta dos jovens é o fato de a família estar se ausentando cada vez mais do processo de aprendizagem de suas crianças. Segundo ele, “A família [...] está, aos poucos, transferindo para outras instituições, notadamente a

escola, a responsabilidade de educar seus filhos.” (p. 554) A necessidade de trabalhar fora de casa, os compromissos sociais, as tarefas extras e o corre-corre do dia-a-dia impedem que os pais tenham tempo para educar seus filhos em casa e acompanhar seu desenvolvimento na escola.

Muitos deles acreditam que ela é a única responsável pela educação da sociedade, contudo o autor nos lembra que, para se obterem bons resultados na formação de um cidadão faz-se necessária a participação decisiva da família nesse processo, pois a escola sozinha não é suficiente.

Infelizmente um mal que acomete tanto os pais como os professores, em alguns casos, é o engano de acreditar que na tentativa de impor os limites necessários à conduta dos filhos e dos alunos eles estariam sendo autoritários. Eles não conseguem identificar nem estabelecer os limites inerentes à autoridade e à liberdade sem os quais, de acordo com Freire (2007), a liberdade se transforma em licenciosidade e a autoridade se converte em autoritarismo.

O desejo e a tentativa de muitos professores de abolir de vez a tradição autoritária da educação acabam dando espaço à licenciosidade dos alunos, pois quando se deparam com situações em que se faz necessário o uso de sua autoridade (e não autoritarismo) eles preferem omitir-se em nome da liberdade e em detrimento da ordem e harmonia necessária ao pleno desenvolvimento da sua prática. Portanto, é necessário que o educador aprenda a trabalhar sua autoridade de forma ética e a liberdade dentro de seus limites uma vez que “A liberdade sem limite é tão negada quanto a liberdade asfixiada ou castrada.” (FREIRE, 2007, p. 105)

Cabe ao professor criar a oportunidade para que o aluno desenvolva suas habilidades por iniciativa própria, manter-se como observador da espontaneidade da criança permitindo que ela liberte sua capacidade e imaginação, mas intervir imediatamente no momento em que for preciso seu auxílio ou seu poder normativo para restabelecer “o necessário clima para continuar sua atividade específica e com a qual restaura o direito dos estudantes e o seu de prosseguir a prática docente” (FREIRE, 2007, p. 104).

Além disso, deve-se incentivar a participação da família nesse processo cujos ensinamentos, apoio e exemplo servem de base para a constituição da personalidade da criança. O professor também deve trabalhar de forma contextualizada com a realidade sem deixar de acompanhar os avanços tecnológicos e científicos de nossos dias. Desse modo ele pode orientar seus alunos como lidar com esse bombardeio de informações

que os atinge e como fazer uso delas de forma benéfica para o seu próprio desenvolvimento.

NOTAS CONCLUSIVAS

Podemos observar que em meio aos aspectos apontados como causas dos conflitos da prática docente aqui abordados encontramos um fator comum a todos eles: a sociedade. O modo como ela exerce papel determinante sobre as condições de trabalho e constituição do profissional docente pode ser percebido claramente nas temáticas aqui abordadas. Por exemplo, a desvalorização expressa no baixo valor de seu salário está diretamente ligada ao modelo econômico vigente na nossa sociedade, no caso o capitalismo baseado na propriedade privada e no acúmulo de capital. Assim, a sobrevivência e inserção social do indivíduo dependem da sua capacidade econômica e o caso do professor não é exceção. Com relação à baixa expectativa da capacidade do professor primário evidencia-se a representação que a sociedade tem desse profissional, tomando-o como um técnico intelectualmente incapacitado que apenas segue programas elaborados pelos que seriam os verdadeiros especialistas da educação.

No entanto, o papel da sociedade se faz mais presente no que diz respeito à indisciplina dos alunos uma vez que o processo educativo não se dá somente na escola, mas também no interior de todas as relações sociais do cotidiano, principalmente no convívio familiar, daí a necessidade do trabalho conjunto entre a escola e a família. Mesmo que, às vezes, a sociedade se apresente como dificultadora do trabalho do professor, este trabalha em prol de sua melhoria na esperança de transformá-la, como foi constatado por Fontana:

Apesar de reconhecerem ser um trabalho árduo e desvalorizado socialmente, analisavam a docência a partir da possibilidade de mudança e de transformação social, como espaço de formação das novas gerações, e viam nessa possibilidade de contribuir para a construção de instrumentos para a cidadania ativa o fator determinante de sua identificação com o magistério e de sua permanência nele, [...]. (2005, p. 133)

Faz-se necessário então que se lance um novo olhar sobre o verdadeiro significado que o professor atribui à sua prática e à luta pelos seus direitos em nome de uma sociedade mais justa que reconhece e valoriza a importância do profissional que forma as gerações futuras e perpetua os conhecimentos de nossa espécie.

BIBLIOGRAFIA

ALVIM, Valdir. Dinheiro: instituição social relevante na sociedade moderna. **Em Tese Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**. Santa Catarina, v. 1, n. 1, p. 1-25, ago.-dez. 2003. Disponível em: <www.emtese.ufsc.br>. Acesso em: 29 jan. 2009.

BRZEZINSKI, Iria. Profissão professor: identidade e profissionalização docente. In: _____ (Org.). **Profissão professor: identidade e profissionalização docente**. Brasília: Plano, 2002. p. 7-19.

CURY, Augusto Jorge. Sete hábitos dos bons professores e dos professores fascinantes. In: _____. **Pais brilhantes, professores fascinantes**. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

CURY, Carlos Roberto Jamil. Os desafios da formação docente. **EDUCAR**. Curitiba: Ed. da UFPR, n. 18, 2001. p. 221-230.

FONTANA, Roseli A. Cação. **Como nos tornamos professoras?** 3. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 36. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2007. (Coleção Leitura)

GUARNIERI, Maria Regina (Org.). **Aprendendo a ensinar: o caminho nada suave da docência**. 2. ed. Campinas: Autores Associados, 2005. (Coleção Polêmicas do Nosso Tempo).

KRAMER, Sonia; SOUZA, Solange Jobim (Orgs.). **Histórias de professores: leitura, escrita e pesquisa em educação**. São Paulo: Ática, 2003. (Série Educação em Ação).

MARTINS, Zildete Inácio; PEREIRA, Liliana Lemus. A identidade e a crise do profissional docente. In: BRZEZINSKI, Iria (Org.). **Profissão professor: identidade e profissionalização docente**. Brasília: Plano, 2002. p. 113-132.

NÉRICI, Imídeo G. **Introdução à didática geral: dinâmica da escola**. 14. ed. v. 2. Rio de Janeiro: Científica, 1994.